

A CONTRIBUIÇÃO DE PROJETOS DE EXTENSÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE GRADUANDOS DE LICENCIATURAS

CONTRIBUTIONS OF EXTENSION PROJECTS TO THE PROFESSIONAL EDUCATION OF STUDENTS OF LICENTIATESHIP COURSES

MANCHUR, Josiane¹
SURIANI, Ana Lucia Affonso²
CUNHA, Márcia Cristina da³

RESUMO

Este artigo pretende apresentar uma reflexão teórica sobre importância de projetos extensionistas desenvolvidos no período da graduação nas universidades. Neste contexto abordamos especificamente um projeto de extensão desenvolvido pela Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO) em Guarapuava – PR, o qual visa aproximar os acadêmicos de diferentes cursos de licenciatura e a comunidade por meio de um Curso Pré-Vestibular. Portanto, a participação dos graduandos em projetos como esse contribui para uma formação docente contextualizada e amplia as suas experiências no âmbito escolar.

Palavras-chave: Docência. Extensão Universitária. Pré-Vestibular.

ABSTRACT

This article seeks to present a theoretical reflection on the importance of extension projects that are developed during the period that students are in the university. Thus, this study is about an extension project developed by the State University of Midwest of Paraná (UNICENTRO), in Guarapuava – PR. It aims to bring students from different licentiateship courses into contact with the community through a Pre-Vestibular Course. The participation of the students in projects like this contributes to a contextualized teacher training and increases experiences in the teaching environment.

Keywords: Teaching; University Extension; Pre-Vestibular.

1 Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná, bolsista PROEXT –UNICENTRO. E-mail: joh_estrela@hotmail.com

2 Docente da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná, Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais (UFSCAR). E-mail: analuciabio@gmail.com

3 Docente da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná, Doutoranda em Geografia (UFPR). E-mail: marcia1cunha@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A extensão universitária é um dos caminhos para desenvolver uma formação acadêmica completa, que integra teoria e prática numa comunicação com a sociedade e possibilita uma troca de saberes entre ambos. Através dessa ação acontece a socialização e construção de novos conhecimentos.

Para os cursos de licenciatura, a extensão favorece o contato direto para o desenvolvimento da prática docente, que possibilita o desenvolvimento de metodologias de ensino que potencializam a sua formação acadêmica. Este trabalho tem por objetivo mostrar como projetos de extensão podem contribuir para a formação profissional de graduandos de licenciaturas, por meio do Curso Pré-Vestibular gratuito da UNICENTRO, oferecido para a comunidade de Guarapuava- PR.

A concepção teórico-metodológica adotada para o desenvolvimento desse trabalho refere-se a uma abordagem de revisão das práticas de extensão universitária no Brasil, através dos pressupostos das concepções teóricas que orientaram essas atividades nas universidades brasileiras, a partir dos anos de 1930, que datam o seu início.

Posteriormente, realizaram-se leituras sobre a contribuição de projetos de extensão para a formação acadêmica dos cursos de licenciaturas. Na sequência, também será abordada a interrelação entre as atividades extensionistas dos graduandos de licenciaturas em cursos pré-vestibulares gratuitos, destacando o projeto de extensão “Extensão Universitária e Juventude: um olhar par a formação Científica e Cultural” desenvolvido na UNICENTRO, Guarapuava - PR.

Os cursos auxiliares na educação são fontes alternativas de estudos para o acesso ao ensino superior tanto para alunos do ensino médio quanto para as pessoas que desejam e visam ingressar na Universidade. Neste contexto, surgem inúmeros cursinhos pré-vestibulares que visam minimizar essas distâncias entre alunos de educação básica e o ensino superior. Porém, muitos cursinhos são particulares, ampliando-se ainda mais essa exclusão social.

EXTENSÃO: PROPOSTAS E OBJETIVOS NA UNIVERSIDADE

A extensão universitária surgiu na Inglaterra em função da necessidade advinda da Revolução Industrial, e atrelada ao capitalismo. Embora neste momento a função da Universidade estivesse centrada na formação quase exclusivamente para a elite, e assumindo um papel de conhecimentos racionais para novos delineamentos da sociedade, existia a preocupação de levar informações através de cursos para as classes populares (RODIGRUES, 1997).

As atividades extensionistas foram pouco a pouco sendo disseminadas pelas instituições europeias, centradas na alfabetização para as classes populares e, em seguida, pelas norte-americanas, com cursos técnicos e profissionalizantes, assumindo um caráter de prestação de serviços (RODRIGUES, 1997).

Rodrigues (1997) relata ao longo de uma periodização da extensão no Brasil, desde seu início em 1930 até 1987, que a extensão universitária foi sendo moldada de acordo com objetivos impostos pelos poderes políticos, sociais e econômicos ao longo dos anos.

Segundo Rodrigues (1997), de 1930 até aproximadamente 1970 a Universidade era subordinada aos poderes do Estado e voltada para a formação da elite brasileira, a qual desenvolvia a pesquisa e o ensino para atender suas necessidades. Nesse período as classes populares não tinham acesso ao ensino superior. Assim, as pesquisas e o ensino não eram desenvolvidos para solucionar ou discutir os reais problemas dessas classes. As práticas de extensão visavam apenas cursos técnicos para a população com objetivo de capacitação de mão de obra para o trabalho, assumindo assim, um caráter assistencialista.

Em 1970, tem-se início uma nova relação entre Universidade e a sociedade através da comunicação

iniciada entre professores e alunos com as classes populares, porém em 1979 ocorreu um retrocesso na extensão devido à troca de poder no governo, e este perder o interesse em organizar e coordenar projetos de extensão. Nesse momento, projetos de extensão perderam espaços e as atenções concentraram nos estágios curriculares junto às comunidades.

A partir da década de 1980 o país passou pelo processo de democratização do poder e, segundo Rodrigues (1997), foi resgatado o conceito de cidadania. Através do Encontro Nacional de Associações de Docentes (AD's), a Universidade buscou a sua autonomia nos aspectos políticos e científicos para desenvolver a pesquisa e o ensino. A extensão passou a ser discutida com o surgimento do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) em 1982 e através da origem dos vários movimentos sociais que lutavam pelo acesso ao ensino, o conceito e práticas de extensão foram modificados, não sendo assistencialista e nem mercantilista, mas uma comunicação e inter-relação das pesquisas e ensino das universidades com a sociedade (RODRIGUES, 1997). A Universidade passou por mudanças relacionadas à sua função, sendo esta agente de transformação social e, para isso, foi necessário uma maior proximidade com a sociedade nas mais diversas escalas e classes sociais.

Ao desenvolver a extensão universitária, esta não deve estar alheia aos trabalhos de pesquisa e ensino, os quais formam os primeiros pilares da universidade. O CRUB defende que a Universidade deve ser pública e gratuita, estabelecendo uma relação de comprometimento e atendendo toda a população sem exclusão social. A partir desse contexto, a extensão é a proposta de proximidade da Universidade com a comunidade, desenvolvendo pesquisa e ensinando numa troca dialógica e direcionada para a comunidade, atendendo assim, suas demandas e diminuindo as desigualdades sociais (JAZINE, 2004).

Segundo Jazine (2004), a função acadêmica da extensão se pauta na relação teoria-prática, numa relação dialógica entre Universidade e sociedade.

Diante dessa nova visão de extensão universitária, esta passa a se constituir parte integrante da dinâmica pedagógica curricular do processo de formação e produção do conhecimento, envolvendo professores e alunos de forma dialógica, promovendo a alteração da estrutura rígida dos cursos para uma flexibilidade curricular que possibilite a formação crítica. (JAZINE, 2004, p. 2).

A extensão universitária assume novas percepções e concepções, em que a comunidade deixa de ser passiva e passa a ser participante ativa no processo de desenvolvimento de trabalhos extensionistas, além da construção do conhecimento pelo professor/ acadêmico nesta atividade, o qual desenvolve o senso crítico sobre sua pesquisa indagando os objetivos e resultados de acordo com a realidade, como afirma Jazine:

A confirmação da extensão como função acadêmica da universidade não passa apenas pelo estabelecimento da interação ensino e pesquisa, mas implica a sua inserção na formação do aluno, do professor e da sociedade, na composição de um projeto político-pedagógico de universidade e sociedade em que a crítica e autonomia sejam os pilares da formação e da produção do conhecimento. (JAZINE, 2004, p. 4).

As práticas extensionistas universitárias buscam uma proximidade com a comunidade, e para isso acontecer são necessárias políticas internas e externas, pois as extensões universitárias não devem substituir a função e responsabilidade do poder público com a sociedade.

Mesmo passando por esse processo de reestruturação tanto conceitual como prática e entendendo a importância e benefícios para a formação acadêmica e para a comunidade, projetos de extensão nas universidades são pouco desenvolvidos pelos docentes, como relata Viviurka e Porto Alegre (2013) numa pesquisa realizada com os docentes da UFPR. Segundo Viviurka e Porto Alegre (2013) e Rodrigues (2006), um dos fatores que levam aos poucos projetos de extensão é o baixo investimento e benefício aos docentes, sendo que os projetos de pesquisa são mais valorizados. Outro fator citado é a falta de clareza na definição e na elaboração de extensão tanto para o docente quanto para a sociedade.

Ao buscar na extensão universitária uma interação com a comunidade, esse trabalho propõe-se relatar a inserção de acadêmicos de licenciatura com a comunidade e oportunizar uma possibilidade a mais em conquistar o ensino superior.

O projeto de extensão “Extensão Universitária e Juventude: um olhar para a formação Científica e Cultural” é formado por bolsistas do Programa de Extensão Universitária (Proext) e Universidade Sem Fronteiras (USF), os quais são acadêmicos da graduação da UNICENTRO dos cursos de: química, física, biologia, geografia, língua portuguesa, língua inglesa, espanhol, filosofia e alunos egressos de história e matemática, além de ter a atuação de um acadêmico do curso de secretariado executivo e de arte e educação. Esse projeto desenvolve-se em parceria com o **Serviço Social da Indústria (SESI)/PR** e da Organização Não Governamental EM AÇÃO, Curitiba – PR, tendo iniciado as suas atividades em 2010 e estando vigente até os dias atuais.

CURSOS PRÉ-VESTIBULARES: UMA PROPOSTA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

No final de 1990 existiu uma expansão do ensino superior, tornando-se uma questão permanente nas ações de políticas públicas que favoreceram o crescimento e desenvolvimento social, como afirma Penin e Mitrulis (2006). Transformações ocorridas na sociedade provocaram a demanda dos cidadãos por níveis cada vez mais elevados de escolarização e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho contribuiu para intensificar as pressões dos jovens para o ingresso no ensino superior. Estes foram desafiados a estudar cada vez mais para conquistar seu futuro profissional com especializações, conhecimentos científicos e tecnológicos aprofundados.

As políticas de egresso no ensino superior ocorrem através de exames que, segundo Penin e Mitrulis (2006), remontam à época do Brasil Colônia, e que passaram a se chamar “exames vestibulares” com a Reforma Carlos Maximiliano em 1915, perdurando até os dias atuais. Esse processo visava selecionar um tipo de perfil de candidatos, tendo maior chance aqueles que possuíam maior conhecimento e níveis melhores de escolarização. Santos (2008) afirma que o vestibular surgiu como uma necessidade da Universidade, não somente para selecionar os alunos que nela ingressam, mas também para estabelecer um perfil dos alunos que essa deseja, ou seja, os melhores.

Para minimizarem essas distâncias e oportunizar uma chance de acesso ao ensino superior buscando atender a todas as classes sociais, ou seja, para todos, surgem os Cursos Pré-Vestibulares Comunitários (CPVC). Muitos iniciam no Brasil a partir de 1990, com característica de luta pelos movimentos sociais (CARVALHO, 2006; SANTOS, 2008). Santos (2008) enumera dois elementos de maior destaque de base para o surgimento dos CPVC: questão racial, pelo fato da Universidade ser privilégio de pessoas de pele branca e a luta por uma educação pública e de qualidade para toda a população brasileira.

Os CPVC surgem devido à hierarquização do ensino superior pelas classes de maior poder aquisitivo, ou seja, a elite brasileira, e como uma alternativa e possibilidade ao ensino superior para as classes baixas da população. Neste contexto, Santos (2008) descreve que cursos pré-vestibulares expressam a desigualdade no acesso ao ensino superior e a luta por esse ensino pelo movimento étnico racial, como afirma a seguir:

Aparentemente concebidos/percebidos como uma crítica à elitização da universidade, eles foram difundidos por todo o país pela atuação de entidades e militantes do Movimento Negro, que naquela década trouxeram à tona o debate sobre as desigualdades raciais na sociedade brasileira, tendo então a Educação como esfera central de expressão e reprodução. (SANTOS, 2008, p. 188).

De acordo com Zago (2008), os CPVC apresentam algumas características que diferem de outros cursos preparatórios para o vestibular como: atendimento a grupos excluídos (negros, alunos de escola pública, população de baixa renda etc.); cursos gratuitos ou com taxas baixas, apenas para despesas sem objetivo de lucro; objetivos pedagógicos além do vestibular visando uma formação cultural e cidadã; corpo docente voluntário e sem local próprio de funcionamento. Esses são organizados, gerenciados e administrados por diversas pessoas, os quais não visam lucro, por isso são ligados a movimentos sociais, igrejas, organizações não governamentais, entre outros. Cursos pré-vestibulares populares ou comunitários visam à formação dos alunos não somente tendo o foco principal no vestibular, mas também uma educação cultural e cidadã.

A busca por essa educação além da educação escolar objetiva a formação de um indivíduo em vários aspectos, tanto social e cultural quanto intelectual, que de acordo com Ribeiro (2006), seria esta a educação social. Segundo Ribeiro (2006), a educação social surgiu da necessidade da França e Espanha em desenvolver essa educação com alunos que não tinham bases familiares estruturadas por vários motivos, buscando-se atividades extras para a formação desses indivíduos que suprimissem as suas necessidades.

No Brasil não existe uma homogeneidade de práticas de educação social, sendo que Ribeiro (2006) descreve que estas estão diluídas nos projetos de extensão, pesquisa e formação de educadores voluntários nos cursos de licenciatura. Com base nos princípios dessa educação social que vai além da educação formal, propõe-se uma formação cidadã através de práticas didáticas diferenciadas e contextualizadas com a realidade do aluno. Esta é a grande característica de diferenciação entre os cursos preparatórios para o vestibular de instituições privadas, os quais focam, exclusivamente, o vestibular treinando esses alunos, com conteúdos e exercícios para serem resolvidos no dia dos vestibulares.

CONTRIBUIÇÃO DE PROJETOS DE EXTENSÃO PARA GRADUANDOS DE LICENCIATURA

A prática de sua profissão pode iniciar a partir do estágio ou de projetos de extensão, que propõem a aproximação entre o acadêmico e a sociedade. Para o graduando de licenciatura o estágio curricular obrigatório é limitado tanto pelo tempo de realização quanto pela pouca autonomia dos acadêmicos em realizar atividades e desenvolver metodologias. Por isso, durante a graduação os acadêmicos que participam de projetos de extensão possuem uma oportunidade a mais de inserção na realidade que encontrará quando tornar-se um profissional. A extensão possibilita ao acadêmico a experiência

do contato entre o aprendizado na Universidade e a aplicabilidade de sua profissão na sociedade, conhecendo a prática de sua profissão.

Parte-se do princípio de que a formação do acadêmico é tomada como fundamento do processo educativo implementado na universidade, uma vez que contribuirá para sua compreensão como ser socialmente responsável e livre, capaz de refletir sobre o vivido e o aprendido em sala de aula e outros espaços, como na comunidade, que vão construindo cotidianamente sua identidade pessoal e profissional alicerçadas na busca do saber ser, saber fazer e saber aprender, ou seja, na formação de suas competências. (FERNANDES et al., 2012, p. 3).

É neste contexto que o projeto de extensão promove a inserção do acadêmico no seu ambiente de trabalho e o conduz para a sua futura carreira de docência, sendo esse um campo rico para a construção e reconstrução de conhecimentos. Segundo Paulo Freire (1987, p. 39): “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Durante a prática docente não existe uma receita pronta para se aplicar, mas com estrutura e metodologias constantes pautadas nas diferentes realidades é possível planejar e desenvolver uma docência que contemple os objetivos de educação. Freire (1996, p. 22) compara a formação docente como a prática de cozinhar, em que “a prática de cozinhar vai preparando o novato, ratificando alguns daqueles saberes, retificando outros, e vai possibilitando que ele vire um cozinheiro”. O professor necessariamente deve proporcionar a construção de conceitos que possibilitem ao aluno compreender o seu presente e pensar o seu futuro. Neste contexto, o educador precisa superar os conhecimentos que não se ajustam a realidade da turma, buscando novas metodologias de ensino.

Neste contexto, projetos de extensão como o Curso Pré-Vestibular da UNICENTRO inserem os acadêmicos na realidade escolar e permitem que os mesmos reelaborem as suas metodologias, buscando uma formação mais ampla até o término da graduação. Ao participar desse projeto, os graduandos planejam atividades metodológicas alternativas e dinâmicas em horários extraclasse sobre um tema a ser desenvolvido e efetivamente as praticam diariamente dentro de uma sala de aula.

Os acadêmicos participantes do projeto de extensão da UNICENTRO também identificam quais metodologias corroboram para a melhor aprendizagem dos alunos que percebem que durante a graduação o conhecimento é ensinado de forma específica dentro da sua área, mas no ambiente escolar, esses conhecimentos precisam ser trabalhados de forma interdisciplinar entre todos os professores. Portanto, a graduação não oferece conhecimentos suficientes para o futuro licenciado, estes vão sendo construídos e adquiridos ao exercer a profissão, tornando-se fundamental a participação em projetos que objetivam a prática docente como os cursos pré-vestibulares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentes maneiras de ensinar e de aprender permitiram uma maior aproximação entre a Universidade e a comunidade, colaborando para uma educação de qualidade, a qual é possibilitada durante a formação acadêmica. Dentro da proposta, os projetos de extensão procuram contribuir para essa formação, sendo essa uma possibilidade de contextualizar a profissão e de interagir numa troca dialógica com a comunidade para a construção de novos conhecimentos nas Universidades.

Nas licenciaturas, essa interação se torna ainda mais importante, pois o acadêmico tem a oportunidade de consolidar a sua formação com experiências no âmbito escolar, contribuindo para a sua prática docente e para o exercício da sua profissão, pois esta profissão exige constante modificação e construção de práticas pedagógicas diferenciadas.



REFERÊNCIAS

FERNANDES, M. C.; SILVA, L. M. S.; MACHADO, A. L. G.; MOREIRA, T. M. M. Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. *Educação em Revista*, v. 28, n 4., p. 169-193, jun 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000400007&lang=pt>. Acesso em: 05 set. 2013.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987. 17aed.

JEZINE, E. As práticas Curriculares e a Extensão Universitária. *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*. Belo Horizonte. 2004. Disponível em: www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao12.pdf. Acesso em: 16 jun. 2013.

MITRULIS, E.; PENIN, S. T. S. Pré-vestibular alternativos: da igualdade à equidade. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 128, p.269-298, maio/ago. 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a02.pdf. Acesso em 10 jun. 2013.

RODRIGUES, M. M. Extensão Universitária: um texto em Questão. *Rev. Educação e Filosofia*, vol. 11, n. 21/22, p. 89-126, jan./jun. e jul./dez. 1997. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/888/805>. Acesso em: 16 jun. 2013.

RODRIGUES, R. A extensão universitária como uma práxis. *Extensão*, v. 5, p. 84-88, 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20340/10820>. Acesso em: 16 jun. 2013.

RIBEIRO, M. Exclusão e educação social: conceito em superfície e fundo. *Rev. Educ. Soc.*, vol. 27, n. 94, p. 155-178, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 16 jun. 2013.

SANTOS, R. E. Pré-vestibulares populares: dilemas políticos e desafios pedagógicos. In: CARVALHO, J. C. B.; FILHO, H. A.; COSTA, P. *Cursos pré-vestibulares comunitários: espaços de mediações pedagógicas*. Rio de Janeiro. Ed. PUC-Rio, 2008. p. 188 - 204. Disponível em: www.editora.vrc.puc-rio.br/docs/ebook_pre-vestibulares.pdf. Acesso em: 16 jun. 2013.

VIVIURKA, A. B; PORTO ALEGRE, L. M. O retrato da extensão universitária pelos docentes. *Rev. Conexão*, vol. 9, n. 1, p. 58-69, jan/jun 2013. Disponível em: <http://www.revista2.uepg.br/index.php/conexao>. Acesso em: 22 jun. 2013.

ZAGO, N. Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. *Perspectiva*, v. 26, n. 1, p.149-174, jan./jun. 2008.

Artigo recebido em:
31/07/2013

Aceito para publicação em:
02/09/2013

